

RELATÓRIO DA VIAGEM À ASSEMBLÉIA MUNDIAL DA ONU SOBRE ENVELHECIMENTO

I. INTRODUÇÃO

Após 20 anos da 1ª Assembléia Mundial da ONU sobre envelhecimento realizada em Viena em 1982 é realizada em 2002, de 8 a 12 de abril em Madrid a 2ª Assembléia, também sob os auspícios, da ONU. Uma das decisões de Viena, em 82, foi que 1999 seria o ano Internacional do Idoso. Este tipo de celebração é importante para aumentar a consciência da sociedade sobre certos temas e, no Brasil acabou refletindo na elaboração de um Projeto de Lei (Estatuto do Idoso), propondo os cuidados e direitos desta faixa etária.

Na presente legislatura foi criada, na Câmara dos Deputados, Comissão Especial para analisar e debater PL de iniciativa do Deputado Paulo Paim criando o Estatuto do Idoso. Em função deste debate e ainda da não aprovação do mesmo no Plenário da Casa é que através da Comissão de Seguridade Social e Família fomos designados, junto com outros 4 parlamentares (Eduardo Barbosa, Euler Ribeiro, Agnelo Queiroz e Gonzaga Patriota) para acompanhar o debate da ONU.

Neste breve relato das minhas atividades na Assembléia procurarei dar uma visão geral do evento, bem como, fazer algumas críticas e demonstrar algumas preocupações. Talvez as críticas e preocupações sejam de um parlamentar “marinheiro de primeira viagem”, não habituado à viagens ao exterior e em participar desse tipo de evento.

II. DOCUMENTO DA ONU

Neste evento foram aprovados dois documentos: Plano de Ação e a Declaração Política. Tanto um como outro começaram a ser discutidos e elaborados meses antes, e nos dias do evento foram debatidos os pontos polêmicos. No caso específico desta Assembléia fomos informados que o documento estava praticamente pronto, faltando somente três pontos para fechá-lo, que são os seguintes: 1) Como proceder, em relação aos idosos, em territórios ocupados. Tema com forte presença no momento (a Palestina está ocupada por Israel), portanto foi uma polêmica importante. 2) Como dar ao idoso as medidas paliativas para morrer, e 3) Globalização, que acabou evoluindo para a definição acordada no encontro de Monterrey (México). Outro tema, não menos importante e de preocupação crescente polemizado na Assembléia foi a questão dos migrantes, tantos internos aos países, como externos.

Para as declarações no final buscou-se, após muita negociação, a linguagem adequada para atender a todos os países, e isso se conseguiu antes da plenária oficial final (relatório final anexo).

O Plano de Ação e a Declaração Política - são semelhantes e reproduz parte do conteúdo de ambos – reforçam a necessidade da cooperação internacional para cuidar do envelhecimento da população e, que os países devem reconhecer essa mudança demográfica e colocar nas agendas políticas nos níveis nacional e internacional. Ressalta também que o mundo moderno tem capacidade tecnológica para atender às condições dos idosos. E, que quando o envelhecimento é reconhecido, a velhice deixa de ser empecilho para ser um patrimônio da humanidade, base do futuro e parte da solução.

Os países que debateram, elaboraram e aprovaram os documentos finais assumem o compromisso pela democracia, Estado de direito, igualdade de gênero e fim das discriminações. As pessoas idosas devem desfrutar de vida plena com saúde, dignidade, sem violência ou descaso.

Importante neste documento é que se passa a reconhecer, no envelhecimento, a questão de gênero. Estima-se em mais de 1 milhão as mulheres sozinhas em 2050 e suas necessidades diferenciam-se das dos homens.

Outros pontos importantes também constam dos documentos, como: a responsabilidade do Estado em todas as áreas (saúde, educação, habitação, transporte, etc.), para com o idoso; a importância da pesquisa sobre essa faixa etária; que o idoso deve trabalhar o tempo que desejar, não ser alijado do processo educacional; apoiar e atender aos idosos em situação de ocupação.

A Declaração Política deu três enfoques: que o desenvolvimento deve levar em consideração o envelhecimento; a atenção à saúde; e, ambiente favorável, sem violência, com os direitos humanos garantidos e espaços adequados.

III. MÉTODO DE ORGANIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA

A Assembléia da ONU sobre envelhecimento, como deve ser praxe a todas as demais, tinha um salão onde os representantes dos países expunham seus programas e projetos para os idosos e paralelamente haviam mesas redondas, oficinas, palestras, etc.

A Carta Programa e a Carta Política aprovadas no final da Assembléia eram debatidas, pelos diplomatas representantes dos respectivos países, em outras salas.

1. Exposição oficial – já na tarde do primeiro dia, após a abertura da Assembléia, os representantes dos vários países se sucediam expondo a realidade e os projetos, bem como, os programas que cada um tem para atender às necessidades e os direitos dos idosos.

2. Eventos Paralelos – creio que foi o programa mais importante, pois foi nesse ambiente que ocorreram as mesas redondas e os debates sobre a problemática atual e as perspectivas futuras no que diz respeito ao idoso.

3. Negociação do Plano de Ação e da Declaração Política – essa atividade foi desenvolvida por diplomatas brasileiros presentes ao evento.

A equipe que oficialmente representava o Brasil, e da qual fazíamos parte, era coordenada pelos diplomatas Fernando Coimbra (representante do Brasil na ONU) e Regina (representante do Itamarati) e a Dr^a Wanda Engel Aduan, Secretária de Estado de Assistência Social, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

No final da manhã do dia 8 (primeiro dia da Assembléia) definimos, também, o nosso método de trabalho e como participaríamos dos debates de elaboração dos documentos finais. O diplomata Fernando Coimbra participaria, como já vinha fazendo e já era de sua responsabilidade, do debate e elaboração do Plano de Ação e a Sr^a Regina participaria das sessões que debateriam a Declaração Política. Eu e o deputado Eduardo Barbosa – presentes nessa reunião - poderíamos se desejássemos participar do debate sobre a elaboração da Declaração Política.

Nesta primeira reunião dos representantes do Brasil definimos que faríamos outra no dia 10, às 14 horas, para que cada um dos membros da equipe fosse informado do que vinha ocorrendo na Assembléia, bem como, dar opiniões e sugestões. Na reunião do dia 10,

novamente esta Casa foi representada por mim e pelo deputado Eduardo Barbosa, fato esse repetido nas reuniões dos demais dias.

IV.ATIVIDADES

A Assembléia ocorreu no período de 8 a 12 de abril, com atividades durante todo o dia e parte do início da noite. Os principais debates se deram no evento paralelo (programa anexo) onde tive a oportunidade de assistir a alguns:

Dia 8 de abril

Neste primeiro dia tivemos (eu e Eduardo Barbosa) problemas com o credenciamento, portanto ficamos a manhã toda para resolver.

Período da tarde – participei do programa oficial.

Dia 9 de abril

- das 10 às 12 horas - El envejecimiento activo: ¿un objetivo global de las políticas de salud?

- das 16 às 18 horas - Foro de Valencia: Contribuciones Del mundo profesional y científico.

- Durante o dia, em períodos alternados, participei também da sessão oficial.

Dia 10 de abril

- das 10 as 12 horas – Envejecimiento y vida productiva: Protección social y sostenibilidad.

- das 12 às 14 horas – Acto de la OIT sobre ‘Trabajadores Mayores y Envejecimiento: Empleo y Protección social’.

- Tarde toda – participei da sessão oficial. Neste dia foi que a Dr^a Wanda Engel Aduan, manifestou a posição do governo brasileiro (pronunciamento anexo).

Dia 11 de abril

- das 9:00 às 11:00 horas – “Entornos favorables a las relaciones intergeracionales: Diseño urbano y vivienda”.

- tarde toda – visita a serviços de atendimento de idosos da Prefeitura de Madrid.

Dia 12 de abril

Permaneci o dia todo na sessão oficial. Encerramento.

Alguns pontos de reflexão desses debates

Existe uma preocupação, demonstrada na Assembléia, de como garantir as pensões e aposentadorias uma vez que é direito de todos quando chega a velhice. Como garantir esses direitos? Elevando a idade para obtê-los? Ou diminuindo os valores das aposentadorias e pensões? São questões importantes, pois se pode, dependendo da política adotada, ter uma população idosa totalmente desprovida de condições de vida digna. Na execução dessa política, pergunta-se: qual o papel do Estado? Ele assume tudo ou passa para o setor privado?

O envelhecimento deve ser tratado como um problema econômico e não demográfico. Se estimativas demográficas indicam que no ano 2050 teremos cerca de 23% de pessoas com 60 anos ou mais, é necessário que as decisões sejam tomadas hoje. Nestas decisões deve-se levar em consideração que nem todos podem trabalhar, bem como, nem todos podem contribuir o suficiente para uma aposentadoria digna. Portanto esse segmento não pode ser excluído de qualquer planejamento econômico.

Nos debates, também foi lembrado que no chamado Terceiro Mundo 80% da população não têm benefício, o que representa um percentual maior que há 10 anos. Exemplo: Equador, onde 80% está no setor informal e o trabalhador rural não têm cobertura. Boa parte da

América Latina tem a mesma situação do Equador trazendo preocupação para curto prazo, como por exemplo, em 2020 teremos cerca de 8 milhões de idosos, sendo a maioria mulheres.

A maioria dos Estados coloca a longevidade como um problema, porém viver mais é fruto de êxitos de políticas públicas, portanto a longa vida deve servir de júbilo (que significa em espanhol, aposentado) e não de punição. Ter vida longa com produtividade deve ser um mecanismo de superação da pobreza e não da exclusão como é feito atualmente.

Saúde - uma das áreas mais exigidas pelos idosos –terá despesas crescentes conforme a evolução demográfica, portanto depende do número de anos que vivem. Quanto mais vivem, mais propensos à doenças degenerativas ficam e, pesquisas indicam que nos últimos 3 anos de vida o custo para o atendimento da saúde é maior. Como superar a demanda crescente de recursos para o atendimento aos direitos dos idosos?

Chamou-se a atenção também para o fato que os países pobres envelheceram em trinta anos, enquanto os países ricos, como os europeus, ficaram ricos para depois envelhecerem e fizeram isso ao longo do século passado. Ainda no Terceiro Mundo soma-se o fato de que muitas pessoas empobrecem na velhice.

Se em 1982 o sonho da aposentadoria digna e de ser um aposentado respeitado existia, hoje, com o modelo econômico denominado neoliberal, o Estado que tinha políticas de bem estar social, regrediu para o “Estado de obstáculo social” e, essa é uma grave situação a ser superada.

V. SUGESTÕES

Antecede a qualquer sugestão a análise crítica de fatos e processos que assistimos ou participamos. Por isso, talvez essas sugestões possam cheirar à crítica, porém faz-se necessário.

1º) Fomos para uma Assembléia da ONU sem nenhuma preparação prévia, ou seja sem nenhum debate, no Brasil, com os militantes, autoridades e gestores do setor. Debater um tema de suma importância, principalmente para traçarmos políticas futuras de atendimento aos idosos, sem encontros prévios demonstra que no nosso país este tema não é prioridade.

2º) Na Câmara dos Deputados o debate foi limitado, sem aprofundamento, na Comissão de Seguridade Social e Família. Entendo que a responsabilidade por essa limitação é do Poder Executivo (Ministério das Relações Exteriores), que como não debateu com a sociedade, também não debateu com o Parlamento.

3º) Sem preparação prévia, as indicações dos Parlamentares para o evento foram feitas sem critério nenhum. Foi para a Assembléia da ONU o deputado que quis ir.

Entendo que a Câmara dos Deputados não pode fazer as despesas que faz (afinal é dinheiro do povo) enviando Deputados para o exterior que não tenham responsabilidade nenhuma com o evento.

4º) Por falta de uma prévia organização, chegamos à Assembléia e não tínhamos nossa inscrição garantida. A mesma só foi feita após contato com a Embaixada.

5º) Entendo que evento como este deve receber mais atenção da Diplomacia brasileira. Não pode a representante do nosso País ficar andando de táxi ou metrô para se locomover na cidade para participar de eventos oficiais.

6º) É preciso que nossos representantes oficiais se preparem para fazer os pronunciamentos em uma das línguas aceitas pela ONU.

Dessas críticas é possível tirar uma série de sugestões, que vão desde o processo de preparação até a atenção que os representantes da diplomacia brasileira devem dar à autoridade que representa o nosso País nesses eventos.

VI. PASSEATA

No dia 7 de abril, véspera da Assembléia da ONU, a Federação Européia de Aposentados e Idosos, junto com outras entidades organizou uma passeata em Madrid. Durante esse ato foi distribuído material, que fazia a seguinte recomendação: “agradecemos que falem de nós, porém exigimos o poder de falar e pedimos que nos escutem”. Apresentava também inúmeras reivindicações, tais como: a globalização dos direitos humanos e a luta contra a pobreza; a construção de uma sociedade para todas as idades; o respeito dos princípios de independência, a participação, a dignidade, os cuidados de saúde e o desenvolvimento; o reforço dos sistemas legais e solidários de aposentadoria e saúde; casas seguras e adaptadas à vida das pessoas idosas e dependentes.

VII. ALGUNS DOCUMENTOS PARA A CSSF.

1. Una sociedad inclusiva para una población que envejece: El desafío del empleo y la protección social – OIT.
2. Soluciones de una nueva época para los problemas del envejecimiento – OIT.
3. Relatório do Secretariado Geral sobre a Conferência para a Revisão do Projecto de quadro de Política e Plano de Acção da O.U. A. para a Velhice.
4. Mundialización y protección social: mitos, utopías y realidades – OIT.
5. Documentos oficiais da ONU que pautaram o debate da Assembléia.

VIII. BIBLIOTECA

Para que os gastos em recursos públicos feitos com envio deste Parlamentar tenham algum retorno, não só individual, mas também coletivo é que faço esse relatório e coloco alguns documentos à disposição desta Comissão, bem como, aproveitando a oportunidade da viagem e colocado frente a uma bibliografia importante, achei por bem recolher alguns exemplares e doá-los à biblioteca desta Casa.

Desta maneira, entregamos à Biblioteca da Câmara dos Deputados um total de 46 publicações que versam sobre o envelhecimento, cuja lista vem a seguir:

1. Segunda Asamblea Mundial sobre Envejecimiento, 8-12 Abril 2002.
Construyendo una sociedad para todas las edades
Guía práctica para la Asamblea
2. Plan Gerontológico
Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales
Madrid, 2000
3. La situación del envejecimiento de la población mundial
Naciones Unidas

Nueva York, 2001

4. Cuando las Personas Mayores necesitan ayuda – Guía para cuidadores y familiares
Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales. Volumen 1 e 2
Madrid, 1997, 4ª ed.

5. Mãos Visíveis – Assumindo Responsabilidade pelo Desenvolvimento Social
UNRISD
Genebra, Suíça, 2002.

6. IMSERSO 2002 (Instituto de Migraciones y Servicios Sociales)
Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales

7. Mayores
<http://imsersomayores.csic.es>
Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales

8. Conclusiones Generales de la Investigación “Percepciones Sociales hacia las Personas Mayores”.
IMERSO 2002
II Asamblea Mundial sobre el envejecimiento, abril 2002

9. Envejecer en España
II Asamblea Mundial sobre el envejecimiento, abril 2002

10. Informe de la Cooperación para el Desarrollo realizada por las Administraciones Públicas Madrileñas
Comunidad de Madrid, 2000.

11. World Population Ageing 1950-2050
United Nations
New York, 2002.

12. Who’s who centenarians
II Asamblea Mundial sobre el envejecimiento, abril 2002
Jesús Fraiz Calvo

13. Building a Society for all ages
Information Dossier
II Asamblea Mundial sobre el envejecimiento, abril 2002

14. Las personas mayores en España
Perfiles. Reciprocidade familiar
II Asamblea Mundial sobre el envejecimiento, abril 2002
Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales

15. La protección Social de la Dependencia
Coordinación Gregorio Rodríguez Cabrero (Universidad Alcalá)
Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales

16. Vejez y Protección Social a la dependencia en Europa
Iniciativas. Recomendaciones del Consejo de Europa
Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales
Madrid, 1999.
17. Impacto Economico del Programa Vacaciones Tercera Edad
Documentos tecnicos
Ministerio de Asuntos Sociales
Madrid, 1999.
18. Report Cards
Seniors in Canada: a Report Cards
By the National Advisory Council on Aging
Ottawa, 2001.
19. Libro Verde de la Accesibilidad en Españã
Diagnóstico de situación y bases para elaborar um plan integral de supresión de barreras
Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales
20. Hacia los Servicios Sociales del año 2000
Escuela de Verano de Servicios Sociales, Almuñecar, 1995-1996
Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales
Madrid, 1998
21. Centros de Día para Personas Mayores Dependientes
Guía Práctica
Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales
Instituto de Migraciones y Servicios Sociales (IMSERSO)
Madrid, 1999
22. Incidencia Socioeconómica de los Programas de Vacaciones para Mayores y Termalismo
Social del IMSERSO
Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales
Instituto de Migraciones y Servicios Sociales (IMSERSO)
Madrid, 1997.
23. Analisis de las Politicas de Vejez en Europa
Anne Marie Guillemard
Ministerio de Asuntos Sociales
Madrid, 1992.
24. Año Internacional de las Personas Mayores 1999
Memoria
Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales
Instituto de Migraciones y Servicios Sociales (IMSERSO)
Madrid, 2000.
25. Positive Ageing in New Zealand: diversity, participation and change

Ministry of Social Development
New Zealand, october 2001.

26. The New Zealand Positive Ageing Strategy
Ministry of Social Policy
New Zealand, april 2001.

27. Meeting the 2015 Targets: a progress report
One year on from the Westminster Conference, February 2001.

28. Ageing and Development
China National Committee on Ageing
Beijing, China 1999.

29. Tercera Edad y Desarrollo
Help Age International
Londres, numero 10, marzo del 2002.

30. Action on Ageing
Annual Review 2000/2001
Help Age International
Londres.

31. Intergenerational approaches to poverty eradication and social exclusion
Sylvia Beales
Help Age International
Londres, february 2001.

32. The Second National Plan for Older Persons (2002-2021)
Thailand
Drafting Committee of the Second National Plan for Older Person National Commission on the Elderly, 2001

33. National Report on the Status of Older Persons, 1994-2002
Report to the Second World Assembly on Ageing
South Africa, April 2002.

34. Ageing and labour markets for older workers
Alexander Samorodov
Employment and Training Department
International Labour Office – Geneva, Suíça, 1999.

35. Population Ageing and Development – Social, Health and Gender Issues
Number 3, 2002.
United Nations Population Fund (UNFPA)
New York, april 2002.

36. Un Quebec para todas las edades, 1960-2002.
Ministère de la Famille et de l'Enfance et Ministère des Relations Internationales

Quebec, 2002.

37. Situation and voices - The older poor and excluded in South Africa and India
Number 2, 2002.

United Nations Population Fund (UNFPA)
New York, april 2002.

38. Policy on Ageing
Ministry of Social Affairs and Health
Helsinki, 1999.

39. Missing Voices – Views of older persons on elder abuse
World Health Organization (WHO), Geneve, 2002.

40. Active Ageing: a policy framework
World Health Organization (WHO), Geneve, 2002.

41. Older persons in Japan now
Japan NGO Network on Ageing

42. Quavitae
Centro de Atención de Alzheimer “Jazmín” – Residencia y Centro de Día
Ayuntamiento de Madrid, Área de Servicios Sociales

43. Catálogo de Publicaciones 2002
Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales
Instituto de Migraciones y Servicios Sociales (IMSERSO)

44. Información sobre el BID (Banco Interamericano de Desarrollo)
Washington, D.C., Julio, 2001.

45. Law of the people’s Republic of China on protection of the rights and interests of the
elderly.
Republic of China. First Edition 1996.

46. Ageing in Thailand: 2001. Key Issues and New Challenges. Thailand. Bangkok, 2002.

Sala da Comissão de Seguridade Social e Família, maio de 2002.

Deputado Dr. Rosinha (PT-PR)